# CRESS em debate

# CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL • 12º REGIÃO

## QUESTÃO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: UMA PAUTA FUNDAMENTAL NO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL

Cristiane Luiza Sabino de Souza 1

Serviço Social brasileiro, em que pese os grandes avanços, nos últimos 40 anos, na investigação crítica das contradições da sociedade capitalista e suas particularidades no Brasil, tem ainda um longo caminho a percorrer na apreensão das diversas determinações dessas contradições. Dentre os muitos debates sobre os quais necessitamos aprofundar, destacase a questão étnico-racial. Apesar dos recentes avanços em relação às publicações e produções teóricas sobre o tema, o mesmo ainda está longe de ganhar densidade, conforme aponta Roseli Rocha (2009).

Em um levantamento da produção teórica sobre o tema no âmbito do Serviço Social, Marques Junior (2013) evidencia a parca aparição do debate nas edições, até aquele momento, do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS), bem como na Revista Serviço Social e Sociedade, tida como a mais tradicional e uma das mais importantes publicações da área. Distanciamento que também se manifesta na formação direta das/os Assistentes Sociais, dado que, apesar de previsto nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS,1996), o debate não ganhou uma organicidade nas matrizes curriculares da maioria dos cursos de serviço social do país. De acordo com Oliveira (2015) nas matrizes curriculares do curso em instituições federais, em sua maioria, as disciplinas que abordam a temática têm caráter optativo.

Nesse sentido, e pensando na atuação das/os Assistentes Sociais no campo das políticas sociais e a sua relação com a população negra e indígena, levantamos a seguinte reflexão: Como o desencontro histórico entre os estudo e debate da situação das populações negras e indígenas ou trato conservador da mesma no âmbito das Ciências Sociais, e em particular no Serviço Social, impacta na apreensão da questão étnico-racial e do racismo na formação profissional dos Assistentes Sociais e, consequentemente, na sua atuação junto a estas populações?

Na contramão da discussão relativa à questão étnico-racial e sobre o racismo no âmbito da formação, a população alvo de grande parte das intervenções profissionais das/os Assistentes Sociais, em particular na Política de Assistência Social, é majoritariamente negra, como por exemplo, apontam os dados do Ministério do Desenvolvimento Social: 73% das famílias atendidas pelo Programa *Bolsa Família*, são negras (MDS, 2015). Nesta perspectiva, a necessidade de avanço nesse debate no âmbito da profissão é fundamental para que possamos desenvolver elementos teórico-metodológicos que possibilitem uma atuação condizente com as demandas desta população e que possibilite uma maior efetividade na consolidação cotidiana do projeto ético-politico da profissão, que tem entre seus princípios fundamentais o "Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 2012).

Buscando contribuir com o debate e com base na crítica da economia política assentada no materialismo histórico-dialético, aponto abaixo alguns elementos teóricos para a apreensão da relação entre a luta de classes e a questão racial no Brasil.

### Breves apontamentos sobre o racismo e a luta de classes no Brasil

De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo é estrutural, o que significa que não é um fenômeno conjuntural, uma anomalia ou patologia como costuma se reivindicar. O racismo é uma forma de racionalidade, de normalização, de assimilação das relações, das ações conscientes e subconscientes (ALMEIDA, 2018).

A normalidade da sociedade burguesa produz e reproduz as condições de desigualdade, das quais desencadeiam múltiplas determinações que se desdobram nas diversas formas de violência. Para apreender o racismo é preciso questionar sua vinculação com a dimensão econômica, política e cultural da sociedade. É necessário interpelar as estruturas e instituições responsáveis por manterem as desigualdades que se assentam no racismo ao mesmo tempo em que o reproduz (FANON, 2008; ALMEIDA, 2018).

O racismo estrutural no Brasil emana do processo de colonial que subjugou, escravizou e inferiorizou povos, territórios e culturas, a partir da estruturação do modo de produção escravista colonial, vinculado ao processo fundante do modo de produção capitalista na Europa. A formação socio-histórica brasileira tem no seu cerne o racismo, o qual foi transformado numa força ideológica fundamental para a garantia da estrutura desigual que proporciona a produção do valor nos territórios que, uma vez colonizados, só puderam se estabelecer num capitalismo dependente, subordinado à dinâmica das nações imperialistas. Con-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa e doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UFSC.

forme aponta Clóvis Moura (1994, p.2), "O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político". Nesse sentido, o racismo persiste na estrutura das relações de produção e reprodução social na sociedade brasileira, cindida pela superexploração e pela desigualdade, como elemento fundamental para a estruturação das relações que possibilitam a organização social da extração de mais-valia.

Nas sociedades marcadas pela escravidão colonial, como é o caso do Brasil, é necessário apreender que o processo de expropriação da riqueza produzida pelo trabalho possui outras mediações que complexificam a relação de separação entre trabalhadores e meios de produção, fundamental ao modo de produção capitalista. Em síntese, demarcamos estas mediações em 3 pontos conexos: 1) O escravismo colonial - marco da expropriação, tanto dos povos originários, quanto dos africanos expropriados de suas condições originais e submetidos à escravidão, que significou a subordinação da produção de riquezas neste território aos interesses das nascentes metrópoles imperialistas europeias; 2) tal processo de expropriação encarna, pois, também, a experiência coletiva dos trabalhadores destituídos da sua humanidade pelo processo que mercadorizou, escravizou e inferiorizou mulheres e homens e suas diversas formas de cultura e sociabilidade por mais de três séculos; 3) esta experiência histórica coletiva, na qual a desigualdade mistifica as diferenças e transforma povos diversos na forma generalizada "negro" ou "índio", ao mesmo tempo em que conduz o que se considera humano à pretensa universalidade branca, estrutura as relações de expropriação, exploração e dominação durante e após a escravismo colonial. Da sociabilidade criada sob o escravismo colonial se enraíza a racionalidade da sociedade capitalista dependente e suas instituições, cujo funcionamento normal perpetua as contradições que lhes são fundantes.

Desta síntese, temos que as relações de produção, nas quais determinadas "classes-raças" detém privadamente as condições materiais de produção, se constituem historicamente num duplo e conexo processo: 1) a manutenção dos trabalhadores negros, indígenas e seus descendentes na condição de despojados históricos das condições materiais de reprodução e base da pirâmide das relações baseadas na superexploração da força de trabalho; 2) a reprodução de um mecanismo ideológico que busca justificar e legitimar tal desigualdade: a ideia racista de que estes ocupam os piores lugares nesse processo devido à "inferioridade da sua raça".

Estudos do IPEA (2014) mostram que no Brasil a população negra, apesar de majoritária (52%), é a mais afetada pela desigualdade de renda, de acesso às políticas públicas e com trabalhos mais precarizados. A população negra, bem como a indígena, está, portanto, imersa nas "expressões da questão social", sendo as que mais sofrem com as múltiplas violências, fruto das contradições entre a criação social da riqueza e sua apropriação privada.

### À guisa de conclusão

Ressalto que desconsiderar a apreensão do racismo e seu movimento histórico corresponde a reduzir as possibilidades de apreensão da complexidade da "questão social" no Brasil. Portanto, também o é para a apreensão dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados às políticas sociais – expressamente desenhadas numa perspectiva homogeneizada, no seu caráter seletivo, focalizado e fragmentado – subordinadas aos interesses do capital monopolista internacional e das classes dominantes internas. É necessário, pois, situar o debate do racismo não como questão das "minorias sociais", mas como elemento estrutural das relações sociais num país onde a população negra e indígena é historicamente submersa à desigualdade econômica, social e cultural e às mais diversas formas de violência e alienação.

Nós, Assistentes Sociais não podemos nos furtar a este debate, pois tanto atuar no enfrentamento da desigualdade dentro da ordem – por meio da luta na defesa da democracia e das políticas sociais – como na luta pela construção de uma nova sociabilidade, mais justa e igualitária, requer que enfrentemos também, no tempo presente, a construção da compreensão sobre as raízes da desigualdade racial no Brasil, em todas as suas dimensões.

### **REFERÊNCIAS:**

ABESS-CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de Nov. de 1996). Caderno ABEPSS. n. 07. São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural. São Paulo, Letramento, 2018.

BRASIL. Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Plano Brasil sem miséria. Caderno de Resultados Mulheres 2011 a Junho/2015**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\_sem\_miseria/Caderno\_Resultados\_Mulheres.pdf Pesquisa em 12 de novembro de 2018.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008. P.194

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs, 1984, p 223-244.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Situação social da população negra por estado – Brasília: IPEA, 2014.

MARQUES Jr, Joilson Santana. Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban. In: Revista Libertas v. 13, n. 1 (jan. jul.) 2013.

MOURA, Clóvis S. O racismo como arma ideológica de dominação. In: Revista Princípios, 1994.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**. In Serviço Social e Sociedade nº 99 – Direitos, Ética e Serviço Social – jul/set. 2009. São Paulo.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. A transversalidade da questão étnico-racial nos currículos dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades federais brasileiras. 129p. il. Dissertação (Mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Esta é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2017-2020 - Em Tempo de Luta, Defendendo Direitos.

Comissão de Comunicação Responsável: Cassiano Ferraz, Daniel Colombo, Flávia de Brito Souza, Lenir Hermes. Colaboradora: Natalli Pazini Silva. Jornalista Responsável: Cassiano Ferraz (SC 3481 JP)